www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):
João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG)

Sessão 1
Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2
Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, "especialistas" “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Antropologia, instituições e gerenciamento de vidas: notas exploratórias sobre os processos de militarização de escolas públicas no Distrito Federal

Autoria: Lucas Dias dos Santos (Aluno)

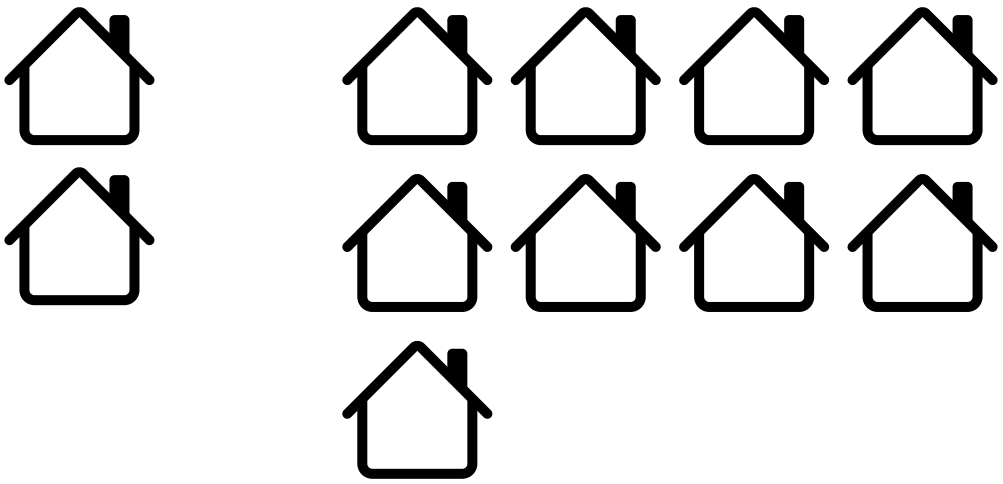
Este work, de caráter exploratório, provém de uma pesquisa maior - a saber, um work monográfico de conclusão de curso. Este e aquela pretendem se inserir no que recentemente vem sendo chamado de ?etnografia de instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais?. Este work está compreendido no primeiro eixo, a etnografia de instituições, entendido como os princípios diversos de gerenciamento (ou governança) de vidas, corpos e populações por meio de agentes e agências variadas. O caso trata-se da inserção de uma prática de governo: uma política pública, nomeadamente Gestão Compartilhada, que em linhas gerais altera a administração de escolas públicas do Distrito Federal. Antes, exclusivamente geridas pela Secretaria de Educação e agora partilhada com a Secretaria de Segurança Pública do estado, encarnada na figura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. O interesse recai num processo de ?estatização? da subjetividade ou estruturas mentais, onde há um processo de subjetivação por meio de instituições do Estado, neste caso, a escola. Somos crias do Estado, na medida em que somos socializados numa lógica de Estado e o classificamos com categorias cedidas e próprias dele. As instituições possuem uma ação na medida em que dispõem uma concepção das pessoas sobre as quais atuam. Ao ingressar em uma instituição, a pessoa estará disponível a se portar como a instituição espera que ela se porte, portanto a instituição possui uma concepção sobre esta pessoa e por conseguinte a sua própria identidade. As instituições instituem identidades e elas se confirmam no decorrer do tempo em que as pessoas presentes se portam como a instituição espera que elas se portem e, portanto, assumem um eu e um mundo social prescrito. O foco do work, portanto, será analisar as formas cujas quais as ?Escolas Cívico-Militares? organizam o interior de seus estabelecimentos, no intuito de instituir e controlar comportamentos segundo o esperado de sua ?clientela?,

 ISBN: 978-65-87289-08-3

> o alunato. Também há o interesse nos valores que a escola, enquanto instituição do Estado, gerido pelo disciplinar e o pedagógico, instituem e veiculam como valores éticos e morais, na tentativa de preparar o corpo discente para o exercício da cidadania, com valores fundamentalmente militares, baseados na hierarquia, ordem, progresso e tantas outras coisas afins deste universo. O acompanhamento da rotina ocorre durante duas vezes na semana, em todo o turno matutino, portanto uma observação direta. A leitura e análise de documentos oficiais que servem de diretrizes e normatizam as ações desenvolvidas na escola e entrevistas com os vários atores envolvidos na situação, professores/as, militares e o próprio corpo discente vem sendo feitas.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**